

volumosas edições, de mais de 100 páginas, e a defender os interesses mais perniciosos ao país”<sup>(350)</sup>. O tratamento dispensado aos jornalistas pelos proprietários de empresas é senhorial: negam-lhes o direito de opinião e ainda pagam mal os seus serviços<sup>(351)</sup>.

Os processos pelos quais as grandes empresas jornalísticas conseguiram o patrimônio que ostentam daria uma enciclopédia; o problema começou a tornar-se público com a ofensiva contra *Última Hora*. Em fevereiro de 1961, o senador Jefferson de Aguiar cometeu a ousadia de requerer informações sobre os devedores ao Banco do Brasil de importâncias superiores a 100 milhões de cruzeiros. O *Globo* combateu violentamente esse sacrilégio: “Não vemos porque a situação econômica e financeira de firmas respeitabilíssimas deva ser levada ao conhecimento público sem a aquiescência dessas firmas”. A curiosidade do senador, aduzia, “nada tem de vantajosa para o Banco do Brasil”. E rematava: “O Banco é uma sociedade anônima cujo principal acionista é a União, mas esta particularidade não pode levá-lo a práticas contrárias às normas bancárias e comerciais aplicáveis a todos os órgãos creditícios”. Em fins de 1961, a revista PN, do Rio, começou a longa campanha a respeito do controle exercido sobre a imprensa pelas agências estrangeiras de publicidade: rasgavam-se as fantasias. O problema específico da imprensa iniciava o seu enquadramento no largo e tenebroso painel da corrupção exercida pelo imperialismo em nosso país. Nas eleições parlamentares, essa corrupção atingira dimensões inauditas.

PN reuniu farto material a respeito dessa gigantesca intervenção em nossos problemas internos: “Eleições realizadas, superada a crise da dúvida (...) o Congresso deve voltar suas atenções para o problema da infiltração estrangeira na imprensa do País. (...) O Congresso não perderia tempo, essa é a verdade, em procurar saber como funcionam e de onde obtém suas fabulosas verbas certas entidades de duas caras cuja função real é de pressionar ou subornar a imprensa, visando a influir em sua linha de opinião. Muitos fatos estarrecedores viriam à tona. Quanto a isso não há dúvida. Na verdade, dinheiro de procedência estrangeira rola em quantidade generosa por esse Brasil. E não é mandado para cá como auxílio eco-

(350) *O Semanário*, Rio, de 29 de novembro de 1962.

(351) “Nessa matéria, a crônica do DC (*Diário Carioca*) não é das mais edificantes. Basta a lembrança do caso de um de seus redatores, o mais brilhante da equipe, que há cerca de três anos tivera o problema do nascimento da primeira filha. Ao meio-dia, com a mulher na maternidade, o gerente prometeu-lhe um adiantamento, por conta das muitas quinzenas atrasadas. Às 6 da tarde, o vale de emergência não saíra. Quando maior era a angústia do redator, passou Horácio de Carvalho Júnior, proprietário do DC. O pai calouro ameaçou de expor o problema ao manda-chuva. A reação do gerente foi inesperada. Gritou ele ao contínuo: — Fulano, chama a rádio-patrolha!” (Maurício Azedo, in *Folha da Semana*, Rio, 6 de janeiro de 1966).